

Sorte do governo depende do êxito no combate à inflação

Herbert Levy *

O presidente Fernando Collor de Mello começo bem quando falou em substituir o utilitarismo pelo patriotismo na vida pública brasileira e em tirar o País do Terceiro Mundo, levando-o para o primeiro.



Relembro que, unindo a ação às palavras, reduziu o número de ministérios, cortou duas centenas de milhares de funcionários nomeados irregularmente, pôs em disponibilidade outros tantos, vendeu mansões oficiais em Brasília e milhares de carros oficiais.

Bruscamente, reduziu a inflação de 80% ao mês para 0, com a audaciosa retenção, por longo prazo, dos depósitos da poupança, com graves dificuldades para muita gente.

Mas nem o Legislativo nem o Judiciário quiseram proclamar a constitucionalidade da medida, talvez pelos resultados, à vista de todos, da eliminação da inflação.

O presidente Collor tem tido altos e baixos, à testa do Executivo. Mas o problema fundamental para o êxito do seu governo — o fim da inflação — continua insolúvel. E não precisaria ser assim.

De fato, insisto, quando a FIESP, com Mário Amato à frente, acertou com o sindicalismo democrático de Luiz Antônio de Medeiros combaterem a inflação de comum acordo, com um pacto social simplificado, consistindo em acertar preços e salários pela inflação apurada no mês menos 10%, estavam dando a solução

definitiva, a um prazo um pouco maior, desse problema básico para a nação.

E isso sem os traumas dos métodos preferidos pelo FMI, de juros altos e recessão, que pressionam irresistivelmente nossa frágil estrutura social, com 50 milhões de brasileiros incrustados na área da pobreza absoluta. Com o agravante de um crescente desemprego, para o qual não temos remédio que permita engolir essa amarga pílula, já que o seguro-desemprego, infelizmente, não funciona.

Como o êxito ou o insucesso do governo Collor na área política estão vinculados ao problema inflacionário, permito-me insistir, pela enésima vez — tenho feito em palestras, escritos e entrevisitas essa afirmativa —, que é preferível o pacto simplificado aceito pela FIESP e pelo sindicalismo democrático do que qualquer outra solução à vista.

E se o agravamento da crise não se tornou explosivo, com a série de demissões na indústria e no comércio, isso se deve, como admitiu o presidente Mário Amato, da FIESP, à economia informal, isto é, às micro e pequenas empresas, que não têm escrita nem pagam impostos, que absorveram um bom número de desempregados.

Não dá para entender como essa solução não foi oficialmente adotada, já que o ministro Marcilio Marques Moreira é um bom conhecedor do assunto e o presidente Collor de Mello, o maior interessado. Porque com isso ele coloca o governo na tão necessária linha ascendente.

* Diretor-responsável da Gazeta Mercantil.